

**REDES DE EXTENSÃO PARA O DESENVOLVIMENTO AÇÕES
INTERSETORIAIS EM TERRITÓRIOS VULNERÁVEIS**

ANEXO I

PROJETO DE EXTENSÃO

I. DADOS DO PROJETO

TÍTULO DO PROJETO: OBSERVATÓRIO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO: CARTOGRAFIA SOCIAL TERRITORIAL E DESENVOLVIMENTO HUMANO.

EIXO 1 - EDUCAÇÃO PARA A EMANCIPAÇÃO: OBSERVATÓRIO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO.

IPES PARTICIPANTES: Faculdade de Educação UFC, IFCE/Campus de Canindé, UECE/ Campus Quixadá e UNILAB

REGIÃO E MUNICÍPIOS BENEFICIÁRIOS (VER ANEXO II):

Nº DE POTENCIAIS BENEFICIÁRIOS:

Local	Local/responsáveis	Direto	Indireto
Assentados	Assentamento 25 de Maio Madalena CE	21000	30000
Gestores Escolas		12	12
Professores Escola João Sem-Terra		32	32
Professores 5 escolas		34	34

Estudantes Sem-Terra	João	168	336
Estudantes E.F.		670	1200
Estudantes das IES		32	32
Total		3016	4674

COORDENADOR(A): Clarice Zientarski.

LINK CV LATTES: <http://lattes.cnpq.br/4673553941111789> N°

DE EXTENSIONISTAS:

Professor	Graduação	Pós-graduação e/ou residentes
Clarice Zientarski	História e Pedagogia	Projeto Piloto de Extensão Doutorado em Educação
Maria Lucia de Sousa Moreira	Agronomia	Doutorado em Educação
Jennifer Dantas	Pedagogia	Doutorado em Educação
Valdemarin Coelho Gomes	Pedagogia	Doutorado em Educação
Samantha Macedo Lima	Pedagogia	Doutoranda em Educação
Isabella de Araujo Domingos	Estudante Letras	Graduação
Maria Vitória Souza dos Santos	Estudante História	Graduação
Débora Cristina Olivindo da Silva	Estudante História	Graduação

Catchunco Có			
--------------	--	--	--

Maria Lenúcia Moura	UECE	Professora	Colaboradora
Hildemar Luiz Rech	UFC	Professor	Colaborador

EQUIPE:

Nome	Unidade	Categoria Profissional	Função no projeto
Fernanda Pâmela d Nascimento	UFC/FACED	Pesquisador colaborador	Colaborador
Hermeson Claud Mendonça Menezes	UNOESC	Pesquisador Colaborador	Colaborador
Adelita Chaves Maia	UFC	Estudante	Colaborador
Perla Almeida Rodrigues Freire	UNILAB	Professor	Colaborador
Francisco Jorge	UECE	Estudante	Colaborador

Maria de Jesus dos Santos Gomes	MST	Dirigente Estadual	Colaborador
Francisco Erivando Barbosa de Sousa	MST	Dirigente	Colaborador
Antônio Marques de Oliveira	UFC	Estudante	Colaborador
Maria Rosângela de Souza	UFC	Estudante	Colaborador
Marcionílio Handrey Ehrich Mota	UFC	Estudante	Colaborador
Antônio Sávio Magalhães de Sousa	PMF / SME	Professor / Pesquisador	Colaborador
Telmo Rodrigues Sampaio	UFC- PPGE	Estudante Pós-Graduação	Colaborador
Davi Barbosa Macedo	UFC	Estudante Pós-Graduação	Colaborador

II. EIXO ESTRATÉGICO

Indique o(s) eixo(s) estratégico(s) que serão trabalhados no seu projeto:

- ☒ 1 - Educação para a Emancipação
☐ 2 - Patrimônio Cultural, histórico e natural
☐ 3 - Saúde Coletiva;
☐ 4 - Popularização da Ciência;
☐ 5 - Desenvolvimento agrário;
☐ 6 - Meio Ambiente e mudança

climática () 7 –
Busca Ativa;

- () 8 - Primeira infância e sistema garantia de direitos;
- () 9 - Recomposição das Aprendizagens;
- () 10 - Saúde na Escola
- () 11 - Equipamentos intersetoriais de convivência comunitária
- () 12 - Segurança e proteção no ambiente escolar

- () 13 - Educação de Jovens e Adultos (EJA), de idosos e erradicação do analfabetismo
- () 14 - Políticas de educação integral em tempo integral

III. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O desenvolvimento de redes de extensão para a promoção de ações intersetoriais em territórios vulneráveis exige uma abordagem integrada entre educação, políticas públicas e desenvolvimento territorial. No Assentamento 25 de Maio (A25M), localizado nos Sertões de Canindé, Ceará, tais iniciativas são essenciais para mitigar as vulnerabilidades estruturais e fortalecer as capacidades organizativas da comunidade. A intersetorialidade surge como estratégia fundamental para enfrentar desafios como precariedade de infraestrutura, dificuldades educacionais, insegurança alimentar e escassez hídrica. Ao integrar diferentes setores, promove-se a educação emancipadora e a autonomia comunitária, contribuindo para soluções sustentáveis e inclusivas (Wanderley; Martinelli; Paz, 2020).

A intersetorialidade, compreendida como a articulação entre diferentes setores, é essencial na gestão de políticas públicas e iniciativas de extensão universitária. Sua conexão entre educação, assistência social, saúde e economia solidária possibilita soluções sustentáveis para a população do A25M (Fioretti et al., 2014). No assentamento, a limitação dos serviços públicos impacta diretamente o acesso à educação e saúde, exigindo deslocamentos para localidades vizinhas e elevando a taxa de evasão escolar. Segundo Machado (2008), a intersetorialidade cria arranjos institucionais que promovem inclusão social e educação integral. A extensão universitária desempenha um papel estratégico ao conectar saberes científicos com o conhecimento popular e a prática comunitária (Corá; Trindade, 2015).

As redes de extensão favorecem o compartilhamento de conhecimentos e experiências, promovendo uma interação horizontal entre os atores sociais. Conforme Santos e Dias (2012), a formação de redes intersetoriais no contexto da educação integral amplia a participação comunitária e fortalece políticas de inclusão. No caso do A25M, a precariedade da infraestrutura afeta não apenas o acesso a serviços essenciais, mas também a circulação da produção agrícola, dificultando sua comercialização e impactando a renda familiar. Além disso, a governança compartilhada promovida pela intersetorialidade pode reforçar a importância da articulação entre agentes públicos e comunitários para garantir a equidade e a inclusão social (Moll; Ximenes; Macedo, 2014). A implementação de políticas públicas eficazes pode ampliar o acesso a serviços fundamentais, como transporte, saneamento e energia, reduzindo as desigualdades e promovendo melhores condições de vida para a população assentada.

O projeto de extensão universitária fundamenta-se na educação para a emancipação, que busca a construção de sujeitos autônomos, críticos e ativos na transformação social (Freire, 1987). No A25M, a implementação de ações educativas deve dialogar com os conhecimentos científicos e os saberes locais e

com isso promover processos de autonomização dos sujeitos envolvidos (Silva; Gorayeb; De Araújo, 2015). Segundo Freire (2001), a educação é um ato político que visa à formação crítica e libertadora dos indivíduos. A extensão universitária assume um papel estratégico ao possibilitar a interação dialógica entre universidade e comunidade, promovendo a construção conjunta de saberes e a formulação de soluções adaptadas às realidades locais (Cunha, 2018; Saquet, 2019). Gramsci (2011) complementa essa perspectiva ao destacar que a emancipação humana ocorre por meio da formação de uma consciência crítica, rompendo com a alienação e promovendo a autonomia intelectual e política das classes subalternas.

As redes de extensão universitária são espaços de interação e produção colaborativa do conhecimento, fundamentais para fortalecer práticas intersetoriais e consolidar estratégias de desenvolvimento territorial sustentável (Gouveia, 2009). Para que essa interação seja efetiva, é necessário criar espaços comunicativos, fomentar parcerias e construir políticas públicas que assegurem a participação ativa das comunidades nos processos decisórios (Machado, 2008). A perspectiva gramsciana reforça a ideia de que a escola e as instituições de ensino devem atuar na formação de intelectuais orgânicos, comprometidos com as demandas sociais e capazes de articular conhecimento acadêmico e realidade concreta (Gramsci, 2011).

A cartografia social emerge como um dispositivo metodológico e político fundamental para a compreensão e transformação dos territórios. Diferentemente das abordagens tradicionais, que objetivam a mensuração e controle do espaço sob uma lógica estatal e tecnocrática, a cartografia social enfatiza o conhecimento situado e a participação ativa dos sujeitos na construção de representações territoriais (Acselrad, 2008). Ao transformar o mapa em um instrumento de disputa política e de visibilização das dinâmicas socioterritoriais, essa abordagem permite que comunidades historicamente marginalizadas reivindicuem seus direitos e contestem modelos hegemônicos de desenvolvimento. No contexto do A25M, a cartografia social se apresenta como um instrumento essencial para revelar os desafios estruturais enfrentados pela população, como a precariedade hídrica, a limitação da infraestrutura educacional e a

necessidade de políticas intersetoriais eficazes. O mapeamento participativo possibilita uma leitura crítica do território, evidenciando as relações de poder que estruturam o acesso a recursos e servindo como subsídio para a formulação de estratégias emancipatórias.

Atuando como um instrumento pedagógico, a cartografia social potencializa a educação emancipatória, uma vez que permite aos estudantes e moradores se reconhecerem como agentes ativos na produção do conhecimento sobre seu próprio território. O mapeamento participativo, aliado a práticas pedagógicas contextualizadas, possibilita a construção de um currículo escolar que dialogue com as especificidades do campo e fortaleça a identidade comunitária (Gramsci, 2011). Além disso, a cartografia social no A25M pode ser utilizada para mapear práticas produtivas sustentáveis, formas de organização social e redes de solidariedade que garantem a sobrevivência da comunidade diante dos desafios impostos pelo semiárido.

Ao articular a cartografia social com os princípios da intersectorialidade e da educação emancipatória, o Observatório da Educação do Campo propõe uma abordagem inovadora para o desenvolvimento humano no assentamento. O reconhecimento do território como um espaço vivo, dinâmico e politicamente disputado possibilita a criação de estratégias que fortaleçam a autonomia dos sujeitos e promovam a justiça social. Dessa forma, a cartografia social transcende sua função técnica e se consolida como uma ferramenta política e pedagógica essencial para o fortalecimento das lutas territoriais, para a articulação de políticas intersetoriais e para a construção de uma educação verdadeiramente emancipatória.

IV. JUSTIFICATIVA

O projeto de extensão em rede Observatório da Educação do Campo: Cartografia Social Territorial e Desenvolvimento Humano propõe realizar ações de formação, elaboração da cartografia social e intervenção social, visando ao desenvolvimento humano. Para tanto, direciona seus esforços no sentido de contribuir com a educação para a emancipação. Este projeto dá continuidade ao Projeto de Extensão que já vínhamos realizando na região, intitulado “Projetos Políticos-Pedagógicos das Escolas do Campo, Indígenas e Quilombolas”, com financiamento pela Fundação Cearense de Pesquisa.

Este projeto de extensão é de relevância social, por compreender a importância do fortalecimento das ações em rede para a promoção da educação para a emancipação em áreas de assentamentos rurais no Estado do Ceará. Ele surge como ação estratégica, uma vez que busca compreender a conformação histórica e social do Estado, considerando suas particularidades nas áreas rurais e a pobreza como determinantes centrais de ordem estrutural, que dificultam o acesso e a permanência na terra, a qualidade de vida das famílias do campo e as formas de produção da agricultura familiar camponesa.

Apoiar ações de extensão no âmbito da educação para a emancipação, visando ao desenvolvimento rural e ambientalmente sustentável e inovando em aspectos da gestão pública de populações que se identificam como pertencentes a um mesmo território, significa fazer valer o esforço do Estado em reconhecer e fortalecer os meios necessários para a ampliação das ações institucionais. Além disso, busca-se fomentar o desenvolvimento e a qualidade de vida nas áreas produtoras e sustentáveis inseridas nos territórios trabalhados pela UFC, respaldando a presença das políticas públicas já implementadas pelo poder público, em decorrência da valorização social e da vida das famílias rurais que fazem a agricultura familiar camponesa no Estado do Ceará.

Defende-se a importância do projeto, portanto, ao pretender atuar em rede com base em um processo de planejamento que procura organizar problemas e soluções, convocando os segmentos públicos locais e a comunidade a assumirem papéis de protagonistas responsáveis pelas iniciativas surgidas. Ao considerar as dimensões do desenvolvimento territorial, tendo em vista o crescimento constante da população, a situação econômica dos territórios e a busca pela redução das desigualdades, faz-se necessário garantir o fortalecimento das ações em áreas de assentamento, levando em consideração a premissa de realizar uma perspectiva educativa que conduza à emancipação como forma de fortalecer o desenvolvimento econômico e social, por meio da participação social e da governança. Assim, fortalece-se a capacidade produtiva, a organização social e a identidade dos territórios cearenses.

É necessário salientar que o Território dos Sertões de Canindé compreende os municípios de Boa Viagem, Canindé, Caridade, Itatira, Madalena e Paramoti. Esses municípios já apresentam espaços de organização social e política com atuação regionalizada, tais como o movimento social dos trabalhadores sem-terra, o movimento sindical rural, associações, cooperativas de produção, entre outros. Partindo dessas organizações e instituições locais, justifica-se a importância de realizar atividades de formação,

pesquisas, planos de atuação e publicações sobre o A25M. Isso se deve ao fato de que a esfera pública territorial é formada por diversos “lócus” de visibilidade, interlocução e condução política, com conteúdo voltados para a democratização social e a cultura política.

Considera-se que a atual organização do território brasileiro é cada vez mais marcada pelas demandas da população por infraestrutura, serviços públicos e demais políticas públicas. Por conta dessas carências, a comunidade tem se articulado por meio da atuação dos atores sociais organizados na luta pela distribuição dos recursos públicos, exigindo, assim, uma maior presença do Estado e a distribuição equitativa da riqueza produzida. A adoção do conceito de território fundamentou a escolha do Território dos Sertões de Canindé como contexto mais amplo para o desenvolvimento das ações do projeto de extensão em rede no A25M, localizado nas áreas do município de Madalena, e do Território do Sertão Central, na área do município de Quixeramobim.

Destaca-se a articulação que vem sendo feita e que envolve a comunidade do Sertão de Canindé, o Estado do Ceará e as instâncias civis e políticas. Isso se evidencia, por exemplo, no último Plano Plurianual do Ceará (PPA - 2024/2027), no encontro da região do Sertão de Canindé, que contempla algumas proposições de políticas e ações públicas que justificam as atividades propostas no projeto ora apresentado.

Entre essas proposições, que alinham-se ao projeto em tela, destacam-se: a necessidade de ampliar a formação de professores da educação básica; ampliação do fomento às atividades culturais voltadas para jovens em situação de vulnerabilidade; a promoção de cursos de arte, cultura e reconhecimento de saberes populares nas escolas de educação básica; a ampliação de programas para jovens; a oferta de cursos de nível superior e técnico para jovens e adultos do campo; a garantia do ensino de “História e Cultura Afro-brasileira e Indígena” nas escolas.

O teor dessas propostas elencadas demonstra o quanto é imprescindível realizar ações e projetos de extensão voltados para adolescentes, jovens e as famílias do A25M. Justifica-se, assim, a relevância deste projeto.

V. OBJETIVOS DO PROJETO

[a] Objetivo Geral

- Fortalecer a Educação do Campo por meio da produção e disseminação de conhecimentos, da cartografia social e da formação de sujeitos, promovendo o desenvolvimento humano e a justiça social no Assentamento 25 de Maio.

[b] Objetivos Específicos:

- Fortalecer a Educação do Campo como referencial teórico-prático da formação de sujeitos do campo, em especial no que diz respeito à sua identidade;
- Produzir e disseminar o conhecimento produzido pelos assentados do A25M, em relação intrínseca com o conhecimento científico e acadêmico;
- Reconhecer o território como um espaço vivo, dinâmico e politicamente disputado;
- Coletar, ordenar e analisar dados sobre a vida no Assentamento, as lutas, desafios e conquistas;
- Produzir uma Cartografia Social do A25M
- Continuar contribuindo com a elaboração dos PPPs das escolas do Campo;
- Promover debates e estudos com os estudantes, com associações comunitárias, assentados e coletivo do MST;
- Realizar a formação de professores;
- Realizar palestras com os assentados sobre: Agroecologia, desenvolvimento sustentável, Conhecimento Tradicional e Adaptação ao Semiárido, dentre outras temáticas;
- Contribuir com as manifestações culturais, artísticas e esportivas, valorizando e incentivando as que já existem na comunidade e propondo novas ações;

- Contribuir com o processo de fortalecimento para que o assentamento possa comercializar seus produtos para a alimentação escolar, tendo como mote a Resolução CD/FNDE nº 3 de 4 de fevereiro de 2025 que altera a Resolução CD/FNDE nº 6/2020 que dispõe sobre o atendimento de alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do PNAE;
- Criar estratégias e subsídios que contribuam com a justiça social e com uma concepção de educação emancipatória.

VI. ETAPAS E PROCEDIMENTOS

1. DIAGNÓSTICO TERRITORIAL

O A25M, no município de Madalena (Figura 1), localizado nos Sertões de Canindé, e no Território do Sertão Central do Ceará, representa um espaço de luta histórica pela reforma agrária e de construção coletiva de alternativas para o desenvolvimento sustentável.

Figura 1. Visão panorâmica da cidade de Madalena/Ceará



Fonte: Lima (2014, p. 68).

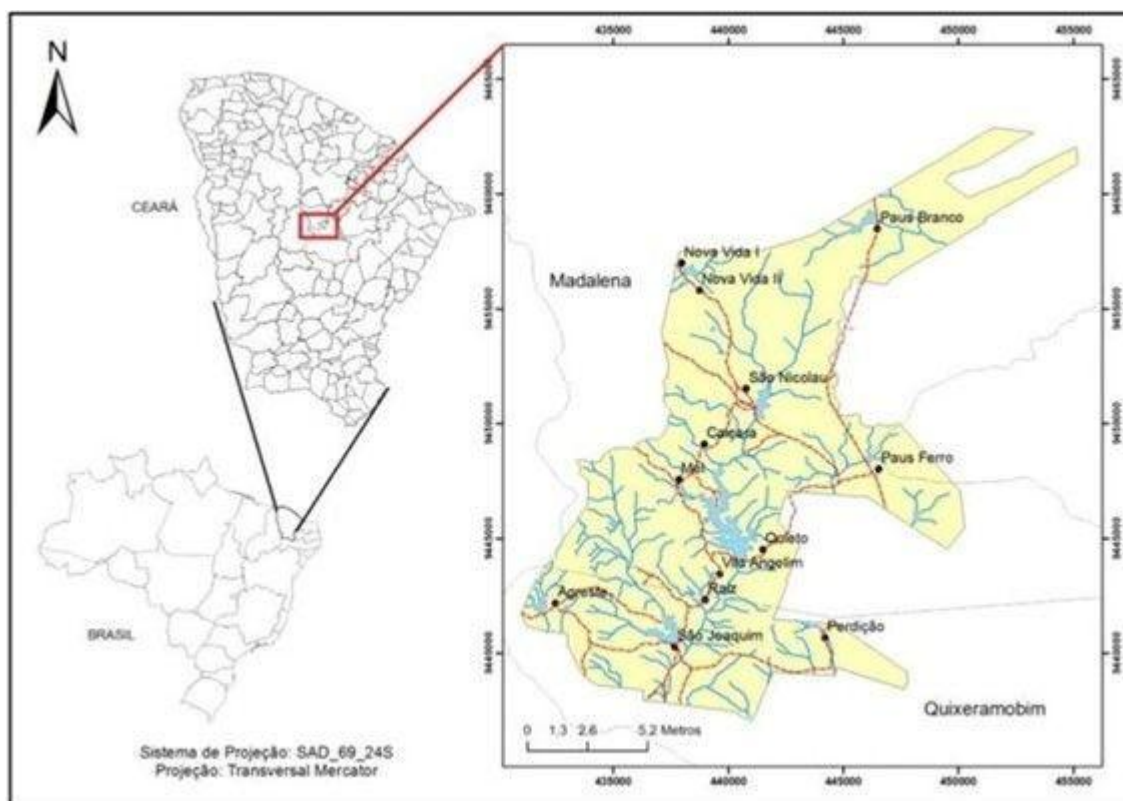
Sua ocupação, em um contexto de resistência dos movimentos sociais, consolidou-se como marco fundamental na luta pelo direito à terra, sendo um modelo para outras experiências de reforma agrária no Brasil. O assentamento surgiu de uma luta histórica pela reforma agrária e hoje abriga famílias que

dependem da agropecuária e de programas sociais para sua subsistência. A posse da terra representou não apenas a superação de um sistema de submissão, mas também avanços no acesso à educação e saúde. Situada no semiárido brasileiro, a região apresenta relevo plano a suavemente ondulado, solos, geralmente rasos e vegetação típica da Caatinga, composta por espécies resistentes à seca, como juazeiro, umbuzeiro e cactáceas.

No entanto, esse espaço territorial enfrenta desafios estruturais, sociais e econômicos que impactam diretamente a qualidade de vida da população assentada e a continuidade das práticas agroecológicas. A análise do A25M é fundamental para compreender as contradições e potencialidades desse território, das políticas públicas e para estruturar ações que fortaleçam a educação emancipatória e a produção e disseminação do conhecimento dos assentados em diálogo com o saber científico e acadêmico.

O A25M, também chamado de Assentamento São Joaquim (A25M), está localizado nos municípios de Madalena (maior extensão territorial) e Quixeramobim. Com uma área de 22.992 hectares, abriga 554 famílias distribuídas em 13 comunidades. Segundo o INCRA (2017), há 446 famílias oficialmente assentadas, enquanto lideranças do A25M indicam 424 assentadas, 30 com cadastro pendente e cerca de 100 agregadas, termo usado para familiares ou amigos aprovados em assembleia (Ellery et al., 2016). (Figura 2)

Figura 2 – Localização do Assentamento 25 de Maio em Madalena – Ceará



Fonte: Ferreira, Lessa, Silva Filho. (2016, p. 9).

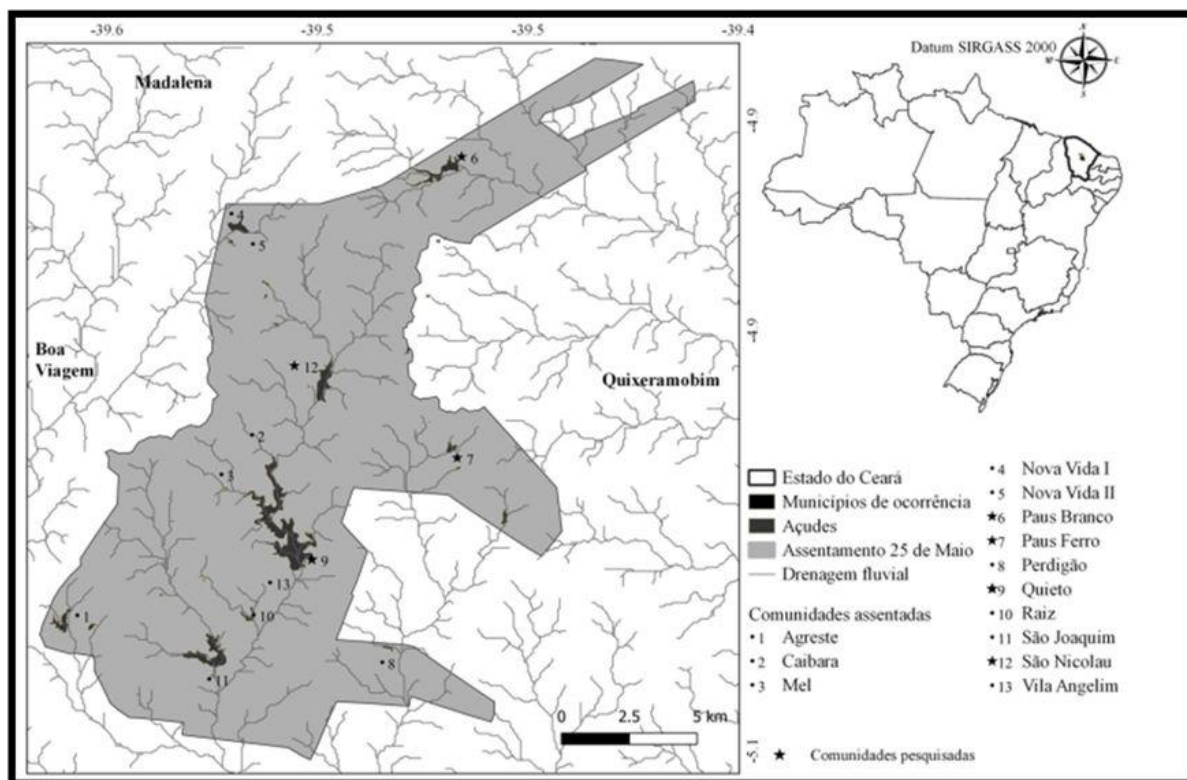
A estrutura organizacional do assentamento inclui 18 associações comunitárias e um conselho comunitário, com algumas comunidades possuindo mais de uma associação (Silva; Gorayeb; De Araújo, 2015). O Conselho Geral do assentamento, composto por representantes da cooperativa, do MST e das associações de moradores, é responsável pelo planejamento e coordenação das atividades. As associações desempenham papel fundamental na obtenção de repasses de créditos e na implementação de programas em áreas como educação, saúde, moradia, infraestrutura e produção.

Para manter um bom nível de desenvolvimento local, o assentamento foi estruturado em 13 comunidades: Paus Brancos, Paus Ferro, São Nicolau, Nova Vida I, Nova Vida II, Caiçara, Riacho do Mel, Quieto, Raiz, São Joaquim, Perdão, Agreste e Angelim. Essas comunidades são organizadas por meio de uma cooperativa e 18 associações (Simplício, 2011). A maioria das famílias reside em casas de alvenaria, com acesso a energia elétrica. Para consumo, 91% dos domicílios utilizam água de cisternas, enquanto os

demais recorrem a açudes, que abastecem cinco comunidades por meio de sistemas de distribuição (Silva; Gorayeb; De Araújo, 2015; Ellery et al., 2016).

A região, inserida no semiárido brasileiro, apresenta condições climáticas adversas, com chuvas irregulares e períodos prolongados de estiagem que afetam a disponibilidade hídrica (Figura 03) e a produção agrícola. As temperaturas elevadas e a baixa umidade relativa do ar impõem desafios adicionais à subsistência e à manutenção da biodiversidade local.

Figura 3 – Localização do Assentamento 25 de Maio em Madalena – Ceará e identificação das comunidades e açudes.



Fonte: Elaborado por Cordeiro; Nojosa (2019, p. 43)

Nota: No saneamento, nem todas as comunidades possuem água encanada, e a falta de tratamento da água é um problema. Um estudo da Universidade Federal do Ceará identificou poluentes nos 11 açudes locais, preocupando os assentados, pois essas são as únicas fontes hídricas para pessoas e animais (Lima, 2014).

A infraestrutura viária precária dificulta o escoamento da produção e o acesso a serviços essenciais, como saúde e educação, tornando o deslocamento da população um fator de vulnerabilidade. Além disso,

a insuficiência de políticas públicas voltadas à infraestrutura impacta diretamente a organização produtiva das famílias assentadas, limitando suas possibilidades de crescimento econômico e autonomia financeira.

Embora o assentamento conte com seis escolas de Educação Básica, a escolarização da população adulta ainda enfrenta desafios, refletindo altos índices de evasão e dificuldades de aprendizagem. O transporte precário e a carência de materiais didáticos apropriados ao contexto do campo agravam essa situação, tornando urgente a adoção de estratégias pedagógicas que considerem as especificidades locais. O currículo escolar muitas vezes não dialoga com a realidade dos assentados, desconsiderando os conhecimentos tradicionais e a cultura local. Como resultado, muitos jovens acabam abandonando a escola, optando por trabalhar em atividades de subsistência para ajudar no sustento familiar.

A economia do A25M baseia-se na agricultura familiar e na pecuária de subsistência, sendo os principais cultivos feijão, milho, mandioca e hortaliças. A criação de caprinos, ovinos e bovinos complementa a renda das famílias, mas enfrenta limitações impostas pela escassez de água e pela ausência de suporte técnico contínuo. A comercialização da produção ocorre por meio de feiras locais e associações, mas a falta de infraestrutura para armazenamento e transporte restringe as oportunidades de expansão do mercado. A ausência de incentivos financeiros para os pequenos produtores também contribui para a fragilidade do setor agrícola local, dificultando a permanência das famílias no campo.

Outro aspecto relevante é a necessidade de políticas voltadas ao fortalecimento da segurança alimentar. A vulnerabilidade socioeconômica de muitas famílias assentadas se reflete na dificuldade de acesso a uma alimentação adequada, o que reforça a importância de ações que promovam a diversificação da produção e a valorização dos alimentos regionais. Iniciativas como hortas comunitárias, bancos de sementes crioulas e práticas agroecológicas podem contribuir para minimizar esse problema, mas demandam apoio institucional para se tornarem viáveis a longo prazo.

A interseção entre os desafios estruturais e a resistência da população assentada evidencia a importância da construção de um conhecimento coletivo que valorize os saberes tradicionais e promova sua articulação com o conhecimento acadêmico. A produção de uma cartografia social do território, aliada à formação de estudantes, professores e assentados, emerge como estratégia essencial para ampliar a visibilidade das demandas do A25M e fortalecer a luta por justiça social e educação emancipatória. O

mapeamento das condições de vida, dos desafios e das potencialidades do assentamento permite que os próprios moradores sejam protagonistas na formulação de soluções para seus problemas, fortalecendo sua autonomia política e organizativa.

Assim, o Observatório da Educação do Campo se apresenta como um espaço de sistematização e disseminação de experiências e práticas que possam contribuir para a autonomia e o desenvolvimento sustentável do assentamento, consolidando o território como referência na produção de conhecimento situado e na articulação de políticas públicas voltadas à educação do campo.

O fortalecimento da cooperação entre assentados, educadores, pesquisadores e gestores públicos é fundamental para a efetivação de um modelo educacional que respeite a realidade do campo e

promova a emancipação dos sujeitos envolvidos. A construção coletiva de estratégias voltadas para a melhoria das condições de vida do A25M deve ser um compromisso permanente, garantindo que o assentamento continue sendo um símbolo de resistência e transformação social.

Nesse sentido, o projeto orienta ações que buscam consolidar a Educação do Campo como eixo estruturante da formação dos sujeitos do A25M. A produção de conhecimento pelos assentados, articulada ao saber científico, se configura como um dos principais desafios e, ao mesmo tempo, uma grande potencialidade do território. A criação da Cartografia Social do assentamento possibilitará a sistematização de informações essenciais sobre as lutas, desafios e conquistas da comunidade, promovendo um processo contínuo de reconhecimento do território como espaço dinâmico e politicamente disputado.

Além disso, a promoção de debates, a formação de professores e a realização de palestras sobre agroecologia, desenvolvimento sustentável e adaptação ao semiárido serão estratégias fundamentais para fortalecer a identidade dos assentados e ampliar suas perspectivas de participação ativa na transformação da realidade local. O incentivo às manifestações culturais, artísticas e esportivas, bem como a estruturação de mecanismos para viabilizar a comercialização da produção para programas de alimentação escolar, são medidas concretas que buscam integrar educação, economia solidária e justiça social.

Portanto, esse projeto suscita um problema (que se apresenta na sequência), em sintonia com os objetivos, demanda um compromisso contínuo com a construção de estratégias que garantam a valorização dos saberes locais e a autonomia da comunidade. O projeto, ao articular formação, pesquisa e intervenção social, busca consolidar um modelo de desenvolvimento que respeite a diversidade cultural e econômica do A25M, reafirmando a importância da Educação do Campo na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

2. DEFINIÇÃO DO PROBLEMA:

O A25M, primeiro assentamento da reforma agrária do Ceará, localizado no Sertão de Canindé, tem sido uma referência não apenas no estado, mas no país e até no exterior, pois foi o local da primeira ocupação de terras do MST no Ceará, constituindo-se como o berço da luta no estado. A ocupação de terras nesse território contou com mais de 400 famílias oriundas de diversos municípios: Madalena, Quixeramobim, Boa Viagem e Canindé. Essas famílias buscavam conquistar um pedaço de terra, produzir e reproduzir suas vidas com dignidade. O território foi conquistado a duras penas e, com o passar do tempo, algumas vitórias foram alcançadas por meio de luta e esforço coletivo.

Ocorre, entretanto, que o A25M enfrenta diversos desafios estruturais, econômicos e sociais que impactam diretamente a vida dos assentados. Dentre eles, podem-se citar problemas de infraestrutura, acesso a recursos hídricos, segurança alimentar, saúde e educação, como indicativos da vulnerabilidade dos assentados. No que diz respeito à educação, o Assentamento, conforme visto anteriormente, conta com seis escolas de Educação Básica, sendo cinco de Ensino Fundamental e uma de Ensino Médio. Essas escolas, embora localizadas no Assentamento, vêm enfrentando desafios e tensões no desenvolvimento da prática educativa, tendo em vista as interferências tanto da gestão estadual e municipal quanto dos programas e projetos de valorização do capital. Nesse prisma, “romper com essa lógica, portanto, é uma das ações que precisa fundamentar a política de formação[...] rumo a uma educação emancipadora e omnilateral do ser humano”. (Zientarski; Menezes; Silva, 2020,p.244) Nesse sentido, em alguns aspectos,

assumem a perspectiva da gestão por resultados, atendendo às premissas das políticas de accountability, que, em sua essência, não contribuem para a construção de uma educação emancipatória.

Além das questões que envolvem as concepções pedagógicas e metodológicas, no Assentamento há demandas educacionais relacionadas à falta de continuidade nos estudos, defasagem de aprendizagem, evasão, dificuldades de acesso devido às condições das estradas e do transporte, infraestrutura inadequada, carência de materiais didáticos, oferta incompleta da educação básica e dificuldades na lotação de professores efetivos. A grande maioria dos docentes são contratados por tempo determinado e nem sempre possuem formação específica para compreender a realidade do campo.

Diante desse contexto, questiona-se: como produzir e disseminar o conhecimento dos assentados do A25M em relação intrínseca com o conhecimento científico e acadêmico, por meio da coleta e análise de dados sobre a vida no Assentamento e da formação de estudantes, professores e assentados, contribuindo para a justiça social e uma educação emancipatória?

3. PLANEJAMENTO

O desenvolvimento do projeto ocorrerá em diálogo com o A25M, no qual, com base em um plano amostral simples, definiremos os quantitativos de formulários, entrevistas e trabalhos de campo. A definição mais precisa ocorrerá após a implantação das bases de apoio do Observatório da Educação do Campo.

Com relação às atividades de ensino e extensão, articuladas à pesquisa, utilizaremos metodologias que tornem os participantes sujeitos na produção e no envolvimento, colaborando para a socialização de conhecimentos e saberes na perspectiva interdisciplinar (Fazenda, 2003) e como método de análise nos amparamos no Materialismo Histórico- Dialético (Kosil, 1976).

O desenvolvimento da proposta será efetivado mediante as seguintes etapas (não necessariamente na ordem apresentada):

- Composição formal da rede, após a aprovação desta proposta, com a realização de um evento de instalação (via Google Meet) e o início dos trabalhos relativos à pesquisa bibliográfica documental;
- Realização de reuniões de planejamento, estudos e elaboração de planilhas e matrizes para a coleta de dados;

- Reuniões com representantes da Secretaria de Estado da Educação (SEDUC), Secretaria Municipal de Educação de Madalena, MST e União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) para divulgação da pesquisa, solicitação de apoio e condições para a realização da pesquisa e ações de intervenção social;
- Realização de encontros nas seis escolas: Escola de Ensino Infantil e Fundamental Educadora Eliônia Campos, Escola de Ensino Fundamental 25 de Maio I, Escola 25 de Maio II, EEEF Antônio Conselheiro, EEF Margarida Alves, EEF Wicar Parente de Paula Pessoa e EEM João dos Santos Oliveira - João Sem-Terra, para formação com professores, estudantes e comunidade;
- Realização do inventário da realidade com o apoio dos estudantes e professores das escolas, associação de moradores, extensionistas, brigadas do MST e demais voluntários;
- Participação em programas das rádios comunitárias dos assentamentos e demais rádios do município de Madalena e região para divulgar o projeto de extensão e formação para a emancipação;
- Participação e contribuição em festivais de arte e cultura, reuniões e apresentações das quadrilhas juninas, copas da Reforma Agrária e outras iniciativas vinculadas à formação humana emancipatória;
- Contribuição na elaboração dos PPPs das escolas do campo;
- Realização de pesquisa sobre o histórico do assentamento e socialização dos resultados;
- Levantamento de dados do município e da região do Sertão de Canindé;
- Realização de encontros periódicos de avaliação e (re)planejamento, caso necessário, pela equipe do projeto, para garantir a execução das ações previstas e monitorar o alcance dos resultados e metas;
- Análise e síntese dos dados para composição do banco de dados da pesquisa em Rede de Cooperação em Ensino, Pesquisa e Extensão;
- Reuniões periódicas com o coletivo de educação do MST e brigadas para verificar o andamento do projeto e encaminhamento das próximas ações;
- Sistematização geral de todos os dados da pesquisa e estabelecimento das relações entre o disposto pela coordenação da rede e o projeto em desenvolvimento;

- Elaboração de um documento - Cartografia Social, com a representação da realidade, identidade, autorreconhecimento e autodefinição identitária e cultural dos sujeitos, feita por eles mesmos, juntamente com a Rede de Cooperação em Ensino, Pesquisa e Extensão;
- Articulação com equipes de pesquisa de outros grupos de pesquisadores para a elaboração de artigos, capítulos de livros, bem como a orientação de monografias, dissertações e teses relacionadas à temática;
- Participação de pesquisadores e alunos em eventos nacionais e internacionais; ● Participação nas atividades da Rede de Extensão da UFC.

a. identificar os atores intersetoriais (sociais, políticos e econômicos) que participarão do projeto (público-alvo):

Universidade Federal do Ceará, Instituto Federal do Ceará - Campus de Canindé, Universidade Estadual do Ceará/ Campus Quixadá, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia AfroBrasileira, MST - Brigadas e Coletivo da Educação do Assentamento e Coletivo Estadual e Nacional; Secretaria Municipal de Educação de Madalena e Quixeramobim; Gestores das escolas, professores e estudantes das Escolas de Ensino Fundamental e EEM João dos Santos Oliveira - João Sem-Terra; Famílias assentadas da Reforma Agrária residentes no Assentamento 25 de Maio.

b. Definir estratégias de intersetorialidade a serem desenvolvidas:

Será estabelecida e solidificada uma rede intersetorial que envolverá a Universidade Federal do Ceará, o Instituto Federal do Ceará - Campus de Canindé, a Unilab, a UECE, as Brigadas do MST, o Setor de Educação do MST, os gestores das escolas do campo do A25M, os professores das escolas, a SME de Madalena, as associações comunitárias do A25M, a Célula de Educação do Campo da SEDUC/CE e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Madalena. Para a articulação entre esses sujeitos e setores, com vistas a desenvolver o projeto, serão realizadas:

- Reuniões sistemáticas presenciais e online;
- Elaboração de planilhas e relatórios mensais sobre as atividades desenvolvidas por cada um dos segmentos e pelo coletivo em seu conjunto;

- Utilização de tecnologias de informação e comunicação para facilitar a interação entre as instituições de ensino superior, o MST, os educandos, educadores e assentados;
- Banco de dados compartilhado, seja pelo site do SharePoint, por um servidor de banco de dados ou em uma LAN (Rede de Área Local), com acesso aos extensionistas e colaboradores;
- Criação de espaços virtuais que integrem as ações e os segmentos envolvidos no projeto, viabilizando a articulação entre as atividades desenvolvidas e os conhecimentos produzidos;
- Participação dos setores envolvidos no projeto em atividades culturais e artísticas, reuniões das brigadas, apresentações das quadrilhas juninas e atividades esportivas para integração com diversos segmentos da comunidade e do projeto;
- Criação de uma rede de apoio intersetorial, com representação dos diversos setores da comunidade assentada, da universidade e dos órgãos públicos, a fim de mapear os desafios locais e as potencialidades para enfrentamento e resolução;
- Elaboração de um Plano Intersetorial de enfrentamento dos desafios locais, definido de forma participativa.

c. Descrever as ações de comunicação social junto à comunidade para a disseminação do projeto:

- Realização de reuniões em formato virtual (via Google Meet) e presenciais com professores e estudantes das escolas, com o coletivo do MST, com os assentados e demais membros da comunidade;
- Entrevistas e momentos de divulgação na Rádio Comunitária - Rádio União, Rádio 25 de Maio, Rádio Vital MIX, Rádio Sertão, Rádio Rede Vital MIX, Rádio Web Rádio Ali e Rádio Cafundó, entre outras localizadas no município de Madalena e região, mais ouvidas no assentamento;
- Visitas às escolas e ao assentamento com distribuição de folders e informações sobre o projeto;
- Participação em festivais de arte e cultura, reuniões e apresentações das quadrilhas juninas, copas da Reforma Agrária e outras iniciativas que reúnem os assentados para divulgar o projeto e mobilizar a comunidade para adesão à proposta;

- Reuniões com a SEDUC/CE, Secretaria Municipal de Educação de Madalena, MST, Undime e outras instituições para socialização e solicitação de apoio na divulgação;
 - Realização de atividades que possibilitem contato direto com as famílias dos estudantes das escolas.
- d. Descrever os PROTOCOLOS DE ATUAÇÃO INTERSETORIAL (PAI) a serem criados com as especificidades para a tratativa do problema, definindo fluxos e atribuições para as escolas e agentes intersetoriais:**

Constituição de uma coordenação gestora intersetorial que envolve representantes dos segmentos envolvidos (IES, Escolas, Brigadas do MST, Assentados)

Problema	Fluxo	Atribuição	Agentes intersetoriais	Cronograma
Plano de Ação	Início do Projeto	Realizar um planejamento que envolva todos os setores e segmentos com as respectivas ações e atividades	Coordenação gestora intersetorial com a participação de todos os segmentos	Primeiro e segundo mês de execução do projeto
Inventário da Realidade etapa para a elaboração da Cartografia Social do Assentamento	Contínuo	Realizar o Inventário da realidade a partir das escolas, para, na sequência tratar do Assentamento	Extensionistas, equipe colaboradora, estudantes e professores	2025 até 10/2026
Educação do Campo concepções	Contínuo	Realizar estudos, formação e análise do PPP das escolas	UFC e IFCE	06/2025 a 12 / 2026

Produção e publicização da Cartografia Social do A25M.	Contínuo	Realizar levantamento, coleta, seleção e análise de dados sobre a realidade do assentamento, com mapeamento, fotografias, vídeos e outros instrumentos que contribuam com a Cartografia.	Extensionistas, Colaboradores, Estudantes e Professores.	08/2025 a 04/2027
Formação de professores	Contínuo	Participar e contribuir com a formação de professores nas jornadas, nos horários e tempos da formação continuada e outros espaços possíveis.	UFC, IFCE, Palestrantes convidados	08/2015 a 06/2027
Audiência Pública	Solicitar audiência pública com executivo, legislativo e jurídico e assentados	Solicitar uma audiência pública para tratar sobre: problemas de infraestrutura, acesso aos recursos hídricos, segurança alimentar, saúde e educação que envolve o A25M.	Todos os setores e segmentos	03/2026
Elaboração dos PPPs das escolas de ensino fundamental em consonância com os paradigmas da educação do campo	Realizar Pesquisa para inventário da realidade, estudos, leituras e discussões.	Produção de PPPs de forma coletiva.	Escolas, gestores, estudantes, professores, servidores famílias	08/10/2025 a 20/12/2026

e) Descrever como será articulada a rede intersetorial a partir das atividades previstas

O ponto de partida do desenvolvimento comunitário deve ocorrer por meio de um movimento orgânico de dentro para fora e não ao contrário. Portanto, a participação será o princípio norteador da articulação intersetorial do projeto e, para isso, serão desenvolvidas ações de forma participativa, que se realizarão a partir da socialização do projeto, na sua execução e no monitoramento do atendimento dos seus objetivos.

Conforme já anunciado nos tópicos anteriores, a articulação acontecerá por etapas, iniciando pelo processo de apresentação do projeto e sensibilização dos sujeitos locais e colaboradores, no sentido de que todos se sintam acolhidos e co-partícipes do mesmo. Esse processo poderá ocorrer por meio de rodas de conversa e nas reuniões da comunidade. A etapa de execução deverá ocorrer respeitando os saberes locais, agregando conhecimento científico e potencializando a atuação das legítimas lideranças que já têm conhecimento do território e da cultura local.

Sujeitos e equipamentos sociais devem ser articulados e envolvidos no projeto, como MST, associações, igrejas, escolas, agentes comunitários de saúde, equipes esportivas, professores etc., para que os objetivos sejam alcançados e possibilitem a continuidade das ações implementadas. Por fim, espera-se que o projeto de extensão venha a ser uma ação impulsionadora do desenvolvimento social da comunidade, inclusive na articulação e no acesso às políticas públicas.

f) Descrever SISTEMA DE MONITORAMENTO DAS AÇÕES INTERSETORIAIS NO TERRITÓRIO (Governança) a ser criado para o registro das ações realizadas no âmbito dos Protocolos de Atuação Intersetorial (PAI) e para a integração das ações do projeto em rede, com possíveis indicadores para acompanhamento e avaliação do projeto.

O monitoramento das ações intersetoriais prevê:

- Realização de reuniões de socialização das atividades realizadas, em acordo com o calendário e o orçamento financeiro, com extensionistas e coordenação gestora intersetorial;
- Elaboração de planilhas e gráficos que explicitem o andamento das ações e atividades sob a responsabilidade de cada um dos setores e do coletivo;

- Realização de seminários com a socialização dos resultados de cada etapa do projeto para o coletivo que compõe o A25M e demais convidados;
- Prestação sistemática de contas das despesas com transporte, diárias e aquisição de materiais necessários para o desenvolvimento do projeto;
- Alimentação do banco de dados, onde estarão todas as atividades realizadas e os resultados obtidos.

VII. RESULTADOS ESPERADOS

O que se espera como resultado é que os objetivos propostos sejam atingidos, por meio de uma rede de extensão, que contribua com o Assentamento 25 de Maio, tendo em vista sua importância histórica, política e social. Pretende-se: produzir e disseminar o conhecimento produzido pelos assentados do A25M, em relação intrínseca com o conhecimento científico e acadêmico, reconhecendo o território como um espaço vivo, dinâmico e politicamente disputado; Continuar contribuindo com a elaboração dos PPPS; Produzir uma Cartografia Social do A25M; Realizar a formação de professores; Promover debates e estudos com os estudantes, com associações comunitárias, assentados e coletivo do MST; Contribuir com as manifestações culturais, artísticas e esportivas, valorizando e incentivando as que já existem na comunidade e propondo novas ações e que no período previsto possam ser criadas estratégias e subsídios que contribuam com a justiça social e com uma concepção de educação emancipatória.

VIII. PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA

PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA			
RUBRICA/DESCRIÇÃO	QUANT .	VALOR UNITÁRIO(R\$)	VALOR TOTAL(R\$)
Material de Consumo			6.800,00
Bolsa – Auxílio Financeiro Coordenador	X 12	1.200,00	14.400,00
Bolsa – Auxílio Financeiro a estudantes	⁴ X12	700,00	33.600,00

Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	1 x12	1.000,00	12.000,00
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica- Passagens, diárias, impressão de cartografia e impressão de Inventário da Realidade	x	X	27.600,00
TOTAL			94.440,00

CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

ETAPAS	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	INÍCIO	FIM
Coordenar	Coord. Do projeto	01		1.200,00	14.400,00	06/2025	08/2026
Material de consumo	Material para des. projeto			6.800,00	6.800,00	06/2025	06/2026
Meta 1	EXT 2	Und	4X12	700,00	33.600,00	2025 06/	06/2026
Produto	Publicação de resumos Participação nos Encontros Universitários	Und		-----	-----	2025 12/	05/2026
Meta 2	AIT	Mensal	12	1.000,00	12.000,00	2025 06/	06/2026
Produto	Publicação de resumo Participação em eventos científicos	Und	—	—	—	2025 09/	05/2026
Meta 3	Publicação	Und				2025 07/	05/2026

Projeto Piloto de Extensão

Produto	Publicação de artigo em revista científica após Visitas ao Assentamento e coleta e análise de	Und				2025 07/	06/2026
----------------	---	-----	--	--	--	----------	----------------

	dados						
Meta 4	Pesquisa na comunidade com apoio das brigadas e estudantes da Escola de Ensino Médio	und	0 1	350,00	3500,00	2025 09/	01/2026
Produto	Relatório de resultados	Und	01	----	----	2025 09/	02/2026
Meta 5	Reuniões nas 6 escolas que estão localizadas nos assentamentos	nd U	6 0			2025 06/	04/2026
Produto	Seminário para socialização dos dados das reuniões com as escolas	nd U	3 0	00,00 7	.800,00 2	2026 06/	05/2026
Meta 6	Formação com professores das 6 escolas	nd U	6	50,00 3	.100,00 2	2025 08/	06/2026
Produto	Relatório das formações	Und	6	----	---	2025 09/	06/2026
Meta 7	Formação com estudantes e comunidade	Und	6	350,00	2.100,00	2025 08/	06/2026
Produto	Relatório de resultados	Und	06	---	----	2025 02/	06/2026
Meta 8	Pesquisa e Elaboração do Inventário da Realidade	Und	6 0	350,00	2.100,00	09/2025	06/2026

Produto	Documento impresso e digital com o Inventário da realidade	nd U	1 0	2.800,00	2.800,00	09/2025	9/2026 0
Meta 9	Realização de encontros e pesquisa para elaborar PPPs das escolas do A25M	Um		335,00	3.350,00	09/2026	08/2026
Produto	PPs das Escolas	-	-	-	-	-	08/2026
Meta 10	Oficinas com a comunidade envolvendo matrizes que conduzem à emancipação	Und.	3	400,00	1.200,00	06/2026	08/2026
	humana e valorização da arte e cultura						
Produto	Apresentação Teatral com Grupo de Teatro Carcará, do Assentamento, estudantes e assentados;						08/2026
Meta 10	Cartografia Social (visitas e pesquisa na comunidade)	Und	9 0	350,00	3.150,00	2025 07/	06/2026
Produto	Publicação da Cartografia Social	Und	01	4.500,00	4.500,00		06/2026
Encerramento e total de despesas					94.400,00		06/2026

VIII. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO PARA SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA E PESSOA JURÍDICA

Mês/ano	Valor
junho/ 2025	8.200,00

Outubro/2025	8.200,00
Fevereiro/2026	11.200,00
TOTAL	27.600,00

IX - CRONOGRAMA INDICATIVO DE EXECUÇÃO (inserir linhas e colunas na tabela, conforme as atividades e a duração do projeto)

DISCRIMINAÇÃO DAS ATIVIDADES DO PROJETO	TEMPO (meses)											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Reunião com Seduc/Ce, MST, Undime, Assentados, Escolas, UFC, UECE e IFCE, para pactuação e deliberações	X	X	X	X	X							

Reuniões sistemáticas com todos os setores e extensionistas	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Pesquisa na comunidade extensionais, com apoio das brigadas e estudantes da Escola de Ensino Médio.	X	X	X	X	X	X	X	X				
Visitas ao Assentamento as associações de moradores e coleta e análise de dados	X	X	X	X	X	X	X	X				
Participação em programas nas rádios locais para divulgação do Projeto	X	X	X	X								
Reuniões nas 6 escolas que estão localizadas nos assentamentos			x	x	x	x	x	x				
Seminário para socialização dos dados das reuniões com as escolas							X	X	X	X	X	X
Formação continuada com professores das 6 escolas				X	X	X	X	X	X	X	X	

Formação com estudantes e comunidade e apresentação de relatório com avaliação das formações				X	X	X	X	X	X	X		
Elaboração do Inventário da Realidade e entrega de Documento impresso e digital com o Inventário da realidade				X	X	X	X	X				
Cartografia Social (visitas e pesquisa na comunidade) e Publicação da Cartografia Social		X	X	X	X	X	X	X	X	X		
Oficinas com a comunidade: envolvendo matrizes que conduzem à emancipação humana e valorização da arte e cultura		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
Palestras presenciais com convidados sobre: Ecologia, Desenvolvimento Agrário, Patrimônio Histórico e Cultural; Educação do Campo; Seminário e potencialidades				X	X	X	X	X	X	X	X	
Realização de encontros e pesquisa para elaborar PPPs das escolas do A25M		X	X	X	X	X	X	X				
Elaboração dos PPs das Escolas e socialização para a comunidade educativa					X	X	X	X	X	X	X	
Apresentação Teatral com Grupo de Teatro Carcará, do Assentamento, estudantes e assentados;							X	X	X	X		
Realização de Ciranda e contação de histórias para as crianças do A25M						X	X	X	X	X	x	
Difusão de conhecimentos em sites, rádios, teve, nos eventos da comunidade, como, por exemplo, nas feiras, nas atividades esportivas e reuniões						X	X	X	X	X	X	X
Participação nos festivais de arte e cultura, nos eventos científicos e festas da Comunidade (festas juninas, campeonatos esportivos, feiras de ciência e demais atividades)					X	X	X	X	X	X	X	X

Fortaleza, 13/05/2025

*** Prazos contados a partir do efetivo repasse dos recursos**

Referências:

ACSELRAD, Henri et al. **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2008.

BRASIL. Resolução CD/FNDE nº 3 de 4 de fevereiro de 2025 que altera a Resolução CD/FNDE nº 6/2020, dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.

Disponível em: https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/resolucoes/2025/resolucao-cd_fnde-no-3-de-4-de-fevereiro-de-2025-resolucao-cd_fnde-no-3-de-4-de-fevereiro-de-2025-dou-imprensa-nacional.pdf/view Acesso em 23/02/2025.

CORÁ, Élsio José; TRINDADE, Letícia de Lima. Intersetorialidade e vulnerabilidade no contexto da educação integral. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 31, n. 4, p. 81-94, out./dez. 2015 .

CORDEIRO, José S.; NOJOSA, José R. **Fortalecimento das redes sociais e desenvolvimento sustentável**. Brasília: UnB, 2019.

CUNHA, Luiz Antônio. **Extensão universitária e educação popular**: construindo saberes e emancipação social. São Paulo: Editora Universitária, 2018.

ELLERY, A. E. L. et al. Assentamento 25 de maio: aspectos sócio históricos do lócus da pesquisa. In: ARAÚJO, J. C.; BRITO, L.; SILVA, E. V. (Orgs.). **Água limpa e terra fértil**: saneamento rural e gestão das águas no sertão do Ceará. Fortaleza: Ed. UECE, 2016. p. 37-48 .

FAZENDA, I. C.A. **Interdisciplinaridade: qual o sentido?**, São Paulo, Paulus., 2003

FERREIRA, Rômulo César; LESSA, Bruno de Souza; SILVA FILHO, José Carlos Lázaro.

Saneamento ecológico no semiárido brasileiro: a difusão de tecnologia no assentamento rural 25 de Maio. **Espacios** (Caracas), v. 37, p. 11, 2016.

FIORETTI, Andréa et al. A intersectorialidade na gestão pública: desafios e perspectivas. **Revista de Administração Pública**, v. 48, n. 2, p. 229-250, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

GOUVEIA, Cláudia. Redes de extensão universitária e desenvolvimento comunitário. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, v. 6, n. 1, p. 56-78, 2009.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

KOSIK, Karel. **A dialética do concreto**. Rio de Janeiro, Paz e Terra .

LIMA, José Marcelo de Lima. Políticas públicas e intersectorialidade no Brasil. **Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate**, Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, n. 18, p. 80-96, 2014 .

MACHADO, Marília Claret. Práticas intersectoriais e políticas públicas: um novo paradigma de gestão. **Revista de Políticas Sociais**, v. 5, n. 1, p. 1-22, 2008.

MOLL, Jaqueline; XIMENES, Selma; MACEDO, Eunice. Educação integral e políticas públicas: desafios e possibilidades. **Educação & Sociedade**, v. 35, n. 2, p. 75-95, 2014.

SANTOS, Marisa; DIAS, Renato. A intersectorialidade como estratégia para a educação integral. **Revista Brasileira de Políticas Educacionais**, v. 7, n. 1, p. 120-138, 2012.

SAQUET, Marcos. **Educação e territorialidade**: um estudo sobre a extensão universitária. Curitiba: EdUFPR, 2019.

SILVA, Reginaldo Moreira da Silva; GORAYEB, Maria dos Remédios; DE ARAÚJO, Francisco de Assis. Educação integral e intersectorialidade: desafios e possibilidades. **Educação em Revista, Belo Horizonte**, v. 31, n. 1, p. 383-402, jan./mar. 2015 .

SIMPLÍCIO, Antonia Vanderlucia de Oliveira. **Egressos do curso Pedagogia da Terra e suas práticas educativas**: um estudo de caso no Assentamento 25 de Maio, Madalena, Ceará. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília (UnB), Brasília .

WANDERLEY, Mariangela; MARTINELLI, Maria; PAZ, Rosângela. **Intersectorialidade nas Políticas Públicas**. 2020. Scielo Brasil.

ZIENTARSKI, C. MENEZES. H.C.M. SILVA, S.O. in: Revista e-Curriculum, São Paulo, v.18, n.1, p. 236-261 jan./mar. 2020 e-ISSN: 1809-3876. Programa de Pós-graduação Educação: Currículo – PUC/SP. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum>. aCESSO EM 23/02/2025.